

Nacional**Escolas recusam suportar arranjo de câmaras**

VIDEOVIGILÂNCIA Há escolas com câmaras do sistema de videovigilância avariadas e não têm dinheiro para as arranjar, admite o presidente da Associação Nacional de Diretores (ANDAEP). Desde a renegociação dos contratos em 2015, que compete às escolas suportar os arranjos. Ora, os consertos são caros e a ANDAEP defende que essa responsabilidade deve ser devolvida ao Ministério da Educação.

Filinto Ramos Lima até elogia o sistema de monitorização centralizado por uma empresa. Todas as

escolas básicas de 2.º e 3.º ciclos e secundárias têm um sistema de videovigilância composto por "10 câmaras (cinco externas e cinco internas), sensores = colocados em todos as salas, até nas arrecadações = e um sistema anti-intrusão". Assim que o alarme dispara, a empresa contacta diretores e autoridades policiais.

"Os furtos diminuíram imenso. Até mesmo durante o dia, o sistema é uma grande ajuda para os funcionários, já que os monitores na portaria recebem as imagens que



Encargos com consertos são da escola

estão a ser gravadas", argumenta. O problema, insiste, é que o custo de um arranjo atinge as várias centenas de euros e os orçamentos das escolas não têm margem para essas despesas imprevistas.

Tanto Filinto Lima como Manuel Pereira, presidente da Associação de Dirigentes Escolares (ANDE), garantem desconhecer uma escola que esteja mesmo sem o sistema a funcionar. Para isso, frisam, as dez câmaras, sensores e sistema de alarme teriam de estar avariados ao mesmo tempo.

No entanto, os dois admitem que há escolas que podem estar sem algumas câmaras ou a então adiar seu conserto.

Ao contrário da ANDAEP, ANDE não recusa suportar os arranjos. "O problema não é pagar não é ter despesas com o sistema ou com a reparação de câmaras. O problema é que as escolas não têm dinheiro para nada. Estão com orçamentos esmagados. E, portanto ou os diretores vão conseguindo arranjar as câmaras ou ficam sem elas", frisa Manuel Pereira. A.1.

Orçamento Ministério ainda não transferiu todas as verbas para manuais da ASE

Diretores sem dinheiro para dívidas e novos computadores

Computadores estão "obsoletos" e podem paralisar as escolas a qualquer hora

Alexandra Inácio
alexandra.inacio@jn.pt

► Tiago Brandão Rodrigues defende hoje, no Parlamento, o Orçamento do Estado para a Educação. Além dos sindicatos, também os diretores querem saber se vão ter novos cortes em 2017. As escolas "estão sem dinheiro para pagar encargos assumidos", alerta o presidente da Associação de Dirigentes Escolares (ANDE). E tanto a falta gritante de funcionários, como os computadores "obsoletos", que restam do Plano Tecnológico, podem paralisar os estabelecimentos a qualquer momento. "Temos encargos assumidos sem

Vinculação Mais de 30 mil precários

● **A educação é o setor com maior taxa de precariedade, garante o líder da Fenprof. De acordo com as contas de Mário Nogueira, 30 mil professores (dos ensinos Básico e Secundário, Superior, Atividades de Enriquecimento Curricular e Instituto de Emprego e Formação Profissional) têm mais de três anos de serviço e estão em condições de se vincular. As alterações terão de ser incluídas no diploma de concursos, revisado em dezembro.**

dinheiro para os pagar", repete Manuel Pereira, assumindo que no seu caso, por exemplo, tem mais de 30 mil euros em dívida relativa aos manuais escolares dos alunos abrangidos pela Ação Social Escolar (ASE). O Ministério da Educação ainda não fez essa transferência e continua com essa dívida por regularizar com as papelarias, onde os pais levantaram os manuais:

As escolas só receberam os orçamentos para 2016 no fim de junho e algumas foram surpreendidas com cortes que atingiram os 20%, conforme o JN denunciou. Como funcionaram em regime de duodécimos até essa altura, feitas as contas tinham gasto mais do que deviam e alertaram que iriam ficar sem dinheiro para pagar despesas correntes. O ME garantiu que nenhuma despesa ficaria por pagar porque os diretores podiam pedir reforço de verbas.

"O problema é que as respostas vêm com mais perguntas e os reforços vão sendo assim adiados. É um processo burocrático e moroso. E, neste momento, falta dinheiro para tudo", garante.

Sobre o Orçamento, Manuel Pereira alerta: "as escolas têm os orçamentos esmagados e dois problemas gravíssimos para resolver que as podem paralisar a qualquer momento". A falta de funcionários e o estado obsoleto dos equipamentos informáticos, aponta.

"As escolas têm tudo informatizado, até sumários e faltas. Tenho uma sala cheia de computadores avariados e não sei o que lhes fazer. Não há dinheiro para os arranjar ou substituir, tanto equipamentos como programas. A rede está no limite", alerta Manuel Pereira.

Filinto Ramos Lima, presidente da Associação de Diretores (ANDAEP) lança os mesmos alertas. "É necessário reequipar as escolas que não sofreram intervenção do Parque Escolar", defende, frisando que os 300 funcionários cuja contratação o ME autorizou há semanas são uma gota de água. ●



Todos os países da UE aumentaram o indicador da vida ativa, em 10 anos

Portugueses são um dos povos da Europa que mais trabalham

ESTUDO Os portugueses aumentaram a sua vida laboral em 0,3 anos, entre 2005 e 2015. Aumentamos menos do que os restantes países europeus, mas continuamos a ser dos que mais trabalham, com uma média atual de 36,8 anos, mais 1,4 do que a média dos estados-membros, segundo os mais recentes dados da Eurostat.

Se em 2005, os portugueses trabalhavam 36,5 anos, dez anos volvidos trabalham 36,8. Já a média da União passou de 33,5 anos para 35,4, ou seja, subiu 1,9 anos numa década. Excetuando a Dinamarca, fomos o país da UE que cresceu menos, mas somos dos que têm maior longevidade laboral.

Como se trabalha na União

Comparativamente, com mais anos de vida ativa do que Portugal temos a Suécia (41,2), a Holanda (39,9), a Dinamarca (39,2), o Reino Unido (38,6), a Alemanha (38) e, finalmente, a Finlândia (37,6).

Abaixo da média da União (35,4) estão 17 países. Os cinco que têm

uma média de vida laboral mais baixa são a Itália (30,7), a Bulgária (32,1), a Grécia (32,3), a Bélgica (32,3), a Croácia, Hungria e Polónia (32 anos cada) e a Roménia (32,8 anos).

Na última década, todos os países da União Europeia viram aumentar o seu índice de vida ativa mas o que mais subiu foi Malta, que passou de 28,3 anos para 33,4, um aumento de 5,1 anos. Seguem-se Hungria (mais 4,2), Luxemburgo (3,1), a Estónia (três anos) e Lituânia (2,9). Já a Dinamarca, a Irlanda e Portugal mantiveram-se quase como estavam, subindo muito pouco o seu indicador de vida ativa. Concretamente, a Dinamarca subiu de 39 anos para 39,2; a Irlanda de 34,6 para 35; e Portugal de 36,5 para 36,8 anos.

Neste estudo da Eurostat, o indicador "duração da vida ativa" mede o número de anos durante os quais se supõe que uma pessoa exerça uma atividade no mercado de trabalho, empregada ou em fases de desemprego, a partir dos 15 anos.

LEONOR PAIVA WATSON